

**POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA****REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia").
2. **CONVOCAÇÕES:** Edital de Convocação foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2024, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 02, 03 e 04 de abril dos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 02, 02 e 04, respectivamente) e "Jornal Diário Comercial" (Edição Nacional) (páginas B13, B12, B17, respectivamente), bem como em suas versões on-line, nas respectivas páginas da internet.
3. **PUBLICAÇÕES:** O Secretário da mesa comunicou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram divulgados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 20 de março de 2024, bem como publicados nos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 09 à 16) e "Jornal Diário Comercial" (páginas B13 à B14) no dia 26 de março de 2024. A Proposta da Administração e Manual do Acionista contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2024, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 7º, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/22.
4. **PRESENCAS:** Presentes (a) na AGO, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia, e (b) na AGE, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia; conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia; e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação à distância; nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. Presentes, ainda, (i) o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e RI da Companhia, (ii) Sr. Edson Rodrigues, representante da KPMG Auditores Independentes SS, auditor independente da Companhia, (iii) o Sr. Irineu Homan, representante do Conselho Fiscal da Companhia.
5. **MESA:** Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes  
Secretário: Sr. Anderson Prehs
6. **ORDEM DO DIA:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de

dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração; (iv) fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) examinar, discutir e votar a proposta de Incentivo de Longo Prazo: Plano de Opção de Compra de Ações.

**7. LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

**8. DELIBERAÇÕES:** Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 48 da Resolução CVM 81/22; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes:

**Em Assembleia Geral Ordinária**

(i) Aprovar, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, tendo sido computados 42.864.616 votos a favor, 0 votos contrários e 33.684.542 abstenções, as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, do parecer dos auditores independentes e dos pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal;

(ii) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de **246.757.602,85** (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) da seguinte forma:

a) **R\$ 12.337.880,14** (doze milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e quatorze centavos) para a constituição da reserva legal;

b) **R\$ 175.814.792,03** (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais e três centavos) para a reserva de incentivos fiscais; e

c) **R\$ 58.604.930,68** (cinquenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) para distribuição a título de dividendos, resultando no valor de R\$ 0,4182277274185630 por ação, tendo direito aos dividendos os acionistas assim identificados em 30 de abril de 2024. A partir de 2 de maio de 2024 (inclusive), as ações serão negociadas *ex-dividendos* na B3. O referido montante será pago em parcela única, sem correção monetária, em 31 de maio de 2024.

(iii) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros para o mandato que se inicia nesta Assembleia.

(iv) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025.

(v) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 72.429.266 votos a favor, 4.119.892 votos contrários e 0 abstenções, a eleição da chapa, composta por 9 (nove) membros, na forma contida na Proposta da Administração, para mandato de 1 (um) ano a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025, da seguinte forma:

- a) reeleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Alexandre Silveira Dias**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 30.506.080-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 158.558.418-55, domiciliado na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 6º andar, Cj. 61, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04.534-004;
- b) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 1.217.176-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, domiciliado na Rua João Bettega, nº 5.200, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, PR, CEP 81.350-000;
- c) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 3.668.497-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, domiciliado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, Curitiba, PR, CEP 80440-120;
- d) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG n.º 1.529.538-4 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o n.º 755.250.039-53, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrião, Curitiba, PR, CEP 80.710-570;
- e) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG n.º 3.640.858-8 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.949.989-39, residente e domiciliado Rua Buenos Aires nº 103, apto 904, Bairro Batel, Curitiba, PR, CEP 80250-070;
- f) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Rafael Moia Vargas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 6.682.811-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.164.139-96, domiciliado na Rua Jacarezinho, nº 80, Curitiba, PR, CEP 80.710-150;
- g) reeleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Marcel Martins Malczewski**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 3236744-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 445.212.009-15, domiciliado na Av. Cândido de Abreu, nº 470, conj. 2210, Centro Cívico, CEP 80.530-000, Curitiba, PR;
- h) eleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Fernando Costa de Freitas**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 11.347.652 (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 129.345.398-65, domiciliado à Rua Marcos Mélega, nº 150, Edifício Pinus, apartamento 3, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05.466-010, São Paulo, SP; e

- i) reeleger, como **Conselheira Independente**, a Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade Civil com RG nº 9.430.842-1 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 125.979.208-01, domiciliada na Rua Helena, nº 170, 15º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04.552-050.

Consignar que (a) os Srs. **Alexandre Silveira Dias, Marcel Martins Malczewski, Fernando Costa de Freitas e Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, conforme declarações previamente apresentadas à Companhia, enquadram-se na definição de Conselheiro Independente constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (b) os membros do Conselho de Administração ora eleitos apresentaram previamente os respectivos currículos, nos termos da Resolução CVM nº 80/22.

Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações, no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/22, bem como se sujeitarão à cláusula compromissória prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

(vi) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 75.130.558 votos a favor, 779.900 votos contrários e 638.700 abstenções, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais).

(vii) A pedido de acionistas titulares de ações representativas de 0,45% do capital social com direito a voto da Companhia, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Contudo, considerando o percentual mínimo de 2% (dois por cento) previsto no artigo 161, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 70, restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal, em virtude do não atingimento do quórum mínimo legal aplicável. Por este motivo, também resta prejudicada a fixação da respectiva remuneração dos membros do Conselho Fiscal. Registre-se que, para este item de deliberação, foram computados 630.427 votos a favor, 71.463.739 votos contrários e 4.454.992 abstenções.

#### **Em Assembleia Geral Extraordinária**

(i) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 71.971.839 votos a favor, 4.237.319 votos contrários e 340.000 abstenções, nos termos da Proposta da Administração, o novo plano de opções de compra ações da Companhia, o qual é Anexo à presente Ata.

**9. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada.

*(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)*

Curitiba, 30 de abril de 2024.

**Anderson Prehs**  
Secretário  
OAB/PR 34.608

***Acionistas presentes:***

Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata:

HELIO BRUCK ROTENBERG  
CIXARES LIBERO VARGAS  
LUCAS RADUY GUIMARAES  
GIEM RADUY GUIMARAES  
PAULO FERNANDO FERRARI LAGO  
SAMUEL FERRARI LAGO  
THAIS SUSANA FERRARI LAGO  
RAFAEL MOIA VARGAS  
DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO  
SOFIA GUIMARAES VON RIDDER  
ISABELA CESAR FORMIGHIERI  
RODRIGO CESAR FORMIGHIERI  
RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI  
BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA  
BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY

Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata:

DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND  
THE BOARD OF A.C.E.R.S. LOS ANGELES, CALIFORNIA  
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS  
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU  
ALASKA PERMANENT FUND  
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST  
SPDR SP EMERGING MARKETS ETF  
JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND  
JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST  
THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD  
SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF  
MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND  
METIS EQUITY TRUST  
COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN  
CC AND L Q 140-40 FUND  
ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST  
CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II  
CCL MULTI-STRATEGY FUND  
ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I  
ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT  
MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (

MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND  
 MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK  
 CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK  
 CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND  
 CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND  
 DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM  
 ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK  
 FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
 FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
 MOPYATÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
 SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
 SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO  
 SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA  
 PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES  
 SFA MASTER FIA – BDR NÍVEL I

Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata:

HELIO BRUCK ROTENBERG  
 CIXARES LIBERO VARGAS  
 LUCAS RADUY GUIMARAES  
 GIEM RADUY GUIMARAES  
 PAULO FERNANDO FERRARI LAGO  
 SAMUEL FERRARI LAGO  
 THAIS SUSANA FERRARI LAGO  
 RAFAEL MOIA VARGAS  
 DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO  
 SOFIA GUIMARAES VON RIDDER  
 ISABELA CESAR FORMIGHIERI  
 RODRIGO CESAR FORMIGHIERI  
 RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI  
 BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA  
 BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY

Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata:

DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND

THE BOARD OF A.C.E.R.S. LOS ANGELES, CALIFORNIA  
 UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS  
 EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU  
 ALASKA PERMANENT FUND  
 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST  
 SPDR SP EMERGING MARKETS ETF  
 JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND  
 JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST  
 THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD  
 SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF  
 MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND  
 METIS EQUITY TRUST  
 COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN  
 CC AND L Q 140-40 FUND  
 ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST  
 CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II  
 CCL MULTI-STRATEGY FUND  
 ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I  
 ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT  
 MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND)  
 MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND  
 MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK  
 CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK  
 CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND  
 CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND  
 DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM  
 ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK  
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK  
 FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
 FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
 MOPYATÃ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
 SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
 SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO  
 SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA  
 PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES  
 SFA MASTER FIA – BDR NÍVEL I

\*\*\*

*Anexo à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Positivo Tecnologia S.A. de 30 de abril de 2024*  
*Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*



---

---

**PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES**

**DA**

**POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024

**POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**  
CNPJ/ME Nº 81.243.735/0001-48  
NIRE 41.300.071.977  
Companhia Aberta

**PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES**

**1. OBJETIVOS DO PLANO E BENEFICIÁRIOS**

O objetivo do presente Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Plano") da **POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Bettega, nº 5.200, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba - PR, CEP 81.350-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48 ("Companhia"), instituído nos termos do Art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações"), é conceder aos Beneficiários, abaixo definidos, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia mediante o exercício das opções de compra de ações ("Opções"), visando alinhar os interesses de longo prazo dos Beneficiários aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor da Companhia.

1.1. São elegíveis para participar deste Plano os administradores, empregados da Companhia e/ou sociedades sob o seu Controle e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e/ou sociedades sob o seu Controle ("Beneficiários"), em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais Opções, nos termos deste Plano.

1.1.1. Para os fins deste Plano "Controle" significa (i) o poder de eleger, direta ou indiretamente, a maioria dos administradores e de determinar e conduzir as políticas e administração da entidade em questão, quer isoladamente ou em conjunto com outras entidades sob Controle comum ou vinculadas a acordo de acionistas ou acordo de voto similar, ou (ii) a titularidade, direta ou indireta, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação/quota representativa do capital social votante da entidade em questão, quer isoladamente ou em conjunto com outras entidades sob Controle comum ou vinculadas a acordo de acionistas ou acordo de voto similar. Termos derivados de Controle, como "Controlada", "Controladora" e "sob Controle comum" terão significado análogo ao de Controle.

**2. AÇÕES INCLUÍDAS NO PLANO**

2.1. As ações objeto das Opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia na data de sua outorga ("Limite de Outorgas").

2.2. As Opções já outorgadas e ainda não exercidas, na data de aprovação deste Plano, no âmbito Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015 ("Plano de Outorga 2015"), deverão ser consideradas no Limite de Outorgas. A Companhia não outorgará novas opções de compra de ações no âmbito do Plano de Outorga 2015, o qual permanecerá em vigor apenas em relação às opções já outorgadas e existentes no âmbito de referido plano e programas correspondentes.

2.3. O Limite de Outorgas deverá ser calculado sobre o total de ações representativas do capital social da Companhia em bases totalmente diluídas, contemplando, inclusive, a potencial diluição decorrente do exercício das opções outorgadas no âmbito deste Plano e do Plano de Outorga 2015.

2.4. As Opções no âmbito deste Plano e do Plano de Outorga 2015, se rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas, deixarão de ser consideradas no cálculo do Limite de Outorgas e, portanto, poderão ser novamente outorgadas.

2.5. Uma vez exercidas as Opções pelo Beneficiário, as Ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado. As Opções também poderão ser satisfeitas mediante a entrega aos Beneficiários de Ações existentes mantidas pela Companhia em tesouraria, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

2.5.1. A subscrição de novas Ações, e a compra de Ações em tesouraria, pelos Beneficiários serão denominadas, conjuntamente, "aquisição", para os efeitos deste Plano.

2.6. Nenhuma Ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da Opção, a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

2.7. Os acionistas, nos termos do que dispõe o Art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão direito de preferência em virtude da outorga ou do exercício das Opções nos termos deste Plano.

### **3. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO**

3.1. O Plano será administrado pelo conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração") ou, por opção deste último, por um Comitê.

3.1.1. Para os fins deste Plano, o "Comitê", quando instalado, significa o comitê criado ou indicado pelo Conselho de Administração para auxiliar na administração e implementação do Plano. O Comitê será composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo pelo menos um deles, necessariamente, membro do Conselho de Administração.

3.2. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos deste Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, para a organização e administração do Plano e das outorgas de Opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo: (i) alterar ou extinguir o Plano e/ou Programas; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, observado o disposto na cláusula 3.3 abaixo; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das Opções vigentes; e (iv) observado o disposto na cláusula 9.3 deste Plano, antecipar o prazo de carência para o exercício das Opções vigentes.

3.3. Não obstante o disposto na cláusula 3.2, nenhuma decisão do Conselho de Administração ou do Comitê poderá, excetuados os ajustamentos permitidos por este Plano, (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício das Opções outorgadas, conforme previsto neste Plano; ou (ii) sem o consentimento expresso e por escrito do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer outorga de

Opções.

#### **4. TERMOS E CONDIÇÕES DAS OPÇÕES**

4.1. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, um ou mais programas de outorga de opções de compra de ações ("Programas"), onde serão definidos (i) os Beneficiários, (ii) o número total de Ações da Companhia objeto das Opções outorgadas, (iii) o Preço de Exercício, abaixo definido, observado o disposto na cláusula 5 abaixo, (iv) o prazo de carência durante o qual a Opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da Opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da Opção expirarão, observadas as hipóteses previstas neste Plano, (vi) eventuais restrições às Ações recebidas pelo exercício da Opção; (vii) regras de desligamento; e (viii) disposições sobre penalidades. Para fins do presente Plano, as Opções cujo prazo de carência já tenha transcorrido serão denominadas "Opções Vestidas", enquanto as Opções cujo prazo de carência não tenha transcorrido serão denominadas "Opções Não-Vestidas".

4.2. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, aprovará a celebração, com cada Beneficiário, do instrumento particular de outorga de opções de compra de ações ("Contrato de Opção"), por meio do qual a Companhia outorgará Opções ao Beneficiário. O Contrato de Opção deverá conter as condições específicas e individuais de cada outorga, como o número de Ações que o Beneficiário terá direito de adquirir mediante o exercício das Opções, e quaisquer outras condições que não estejam em desacordo com este Plano ou o respectivo Programa.

4.3. Nenhum Beneficiário terá qualquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, o direito de voto, direito ao recebimento de proventos relativos às Ações, até a data em que a propriedade das Ações subjacentes ao exercício das Opções for efetivamente transferida ao Beneficiário, nos termos deste Plano, do Programa e dos Contratos de Opção.

4.4. Nenhuma disposição do Plano, de qualquer Programa ou do Contrato de Opção conferirá a qualquer Beneficiário direitos com respeito à permanência como administrador, empregado ou prestador de serviços da Companhia e/ou de sociedades sob seu Controle e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos de a Companhia ou o Conselho de Administração, conforme o caso, interromper a qualquer tempo o mandato do administrador, o contrato de trabalho do empregado ou do contrato de prestação de serviços.

#### **5. PREÇO DE EXERCÍCIO**

5.1. O preço de exercício das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das Opções será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, a cada outorga e será equivalente ao valor médio das Ações, ponderado pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") anteriores à Data de Outorga, abaixo definido, das Opções, podendo ser acrescido, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, de correção monetária até a data do efetivo exercício com base na variação de um índice de preços a ser determinado em cada Programa ("Preço de Exercício").

5.1.1. Em caso de oferta pública aprovada até 60 (sessenta) dias antes da Data de Outorga das Opções, o Preço de Exercício poderá ser, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, o preço de emissão praticado em referida oferta.

5.1.2. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, uma redução de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício. A redução do Preço de Exercício em determinado Programa não obrigará a redução, ou a redução no mesmo percentual, nos Programas posteriores.

5.2. O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê em cada Programa.

5.3. Do Preço de Exercício será deduzido o valor dos proventos líquidos por Ação declarados pela Companhia a partir da Data de Outorga.

5.3.1. Para os fins deste Plano, "Data de Outorga" significa, em relação às Opções outorgadas a cada um dos Beneficiários, a data de assinatura dos seus respectivos Contratos de Opção por meio dos quais as Opções forem outorgadas aos Beneficiários.

## **6. DAS RESTRIÇÕES QUANTO À ALIENAÇÃO DAS AÇÕES**

6.1. O Conselho de Administração ou o Comitê, em cada Programa, poderá prever que a alienação de Ações adquiridas no âmbito deste Plano dar-se-á respeitado o direito de preferência da Companhia ou de suas Controladas, Beneficiários ou não do Plano, em igualdade de condições.

6.6.1. Para os fins deste Plano, "Ações" significam as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia. Também serão consideradas "Ações", para os efeitos do Item 6.1 acima, as Ações que venham a ser adquiridas pelo Beneficiário em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de Ações, desde que tais Ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das Ações objeto deste Plano.

6.2. Caso o direito de preferência seja aplicável, nos termos do Item 6.1 acima, o Beneficiário não deverá onerar as Ações ou instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto neste Plano.

## **7. DESLIGAMENTO, FALECIMENTO, INVALIDEZ PERMANENTE OU APOSENTADORIA**

7.1. Na hipótese de desligamento do Beneficiário, o direito de o Beneficiário manter as Opções não Vestidas bem como de exercer as Opções Vestidas será regulado nos respectivos Programas e/ou nos Contratos de Opção.

7.1.1. Para os fins deste Plano "Desligamento" significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, coloque fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia ou com a Controlada que o qualificou para a outorga das Opções, o que abrange as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador; rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços. Desligamento não abrange as hipóteses de: (a) alteração da relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, contanto que, após a referida alteração,

o Beneficiário ainda seja considerado administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços; (b) morte ou invalidez permanente; ou (c) aposentadoria.

7.1.2. Desligamento por Iniciativa da Companhia. Em caso de desligamento do Beneficiário por iniciativa da Companhia ou de sua Controlada, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data do Desligamento. Em caso de o desligamento do Beneficiário ocorrer em decorrência de justa causa, devidamente comprovada, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Vestidas quanto as Opções Não-Vestidas na data do Desligamento.

7.1.3. Desligamento por Iniciativa do Beneficiário. Em caso de desligamento do Beneficiário por sua própria iniciativa, por qualquer razão, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 30 (trinta) dias contados da data do Desligamento.

7.2. Falecimento ou Invalidez Permanente. No caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, todas as Opções Não-Vestidas terão o prazo de carência antecipado, tornando-se Opções Vestidas. O Beneficiário terá o direito de exercer as Opções Vestidas (inclusive aquelas cujo prazo de carência foi antecipado), desde que o exercício ocorra em até 90 (noventa) dias contados da data do evento do falecimento ou invalidez permanente. As Opções Vestidas em razão do falecimento do Beneficiário poderão ser exercidas pelos herdeiros sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou por disposição testamentária ou pelo inventariante do espólio do Beneficiário; ou no caso de invalidez permanente, pelo próprio Beneficiário.

7.3. Aposentadoria. No caso de aposentadoria do Beneficiário, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação da aposentadoria.

## **8. AJUSTES**

8.1. Se as Ações existentes da Companhia forem aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em Ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustes apropriados no número de Ações objeto de outorga de Opções não exercidas. Quaisquer ajustes nas Opções serão feitos com ajuste correspondente ao Preço de Exercício por Ação.

8.2. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação ou incorporação de ações, fusão, cisão ou outras formas de reorganização da Companhia, ou de oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, (i) o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, avaliará (a) a

antecipação da carência ou do prazo final para o exercício das Opções outorgadas de Programas em vigor; ou (b) a extinção das Opções Não-Vestidas de Programas, ou (ii) estabelecerá por escrito a permanência do Plano e a assunção das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por novas opções ou ações da Companhia sucessora, sendo feitos os ajustamentos apropriados no número e preço de exercício das Opções ou das ações, conforme o caso, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

8.3. Os ajustes segundo as condições do Item 8.2 acima serão feitos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de Ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustamentos.

## **9. VIGÊNCIA E TÉRMINO DO PLANO**

9.1. Este Plano entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das Ações e ao disposto nas cláusulas 3.3 e 6.1 acima.

9.2. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista neste Plano ou no Contrato de Opção, as Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo máximo de exercício; (iii) mediante o distrato do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) em determinadas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, conforme a Cláusula 7.

9.3. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de opções de compra de ações, poderá levar à revisão integral deste Plano.

## **10. OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES**

10.1. Adesão. A assinatura do Contrato de Opção implicará na expressa aceitação de todos os termos do Plano, do Programa e do Contrato de Opção pelo Beneficiário. Adicionalmente, os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis as companhias abertas em geral e aquelas estabelecidas pela Companhia.

10.2. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e do Contrato de Opção não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência por escrito da Companhia.

10.3. Novação. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano, pelo Programa ou pelo Contrato de Opção, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, impedirá que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

\*\*\*\*\*



## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o nº 34608, inscrito no CPF nº 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
00421193913	34608	